

Caros Luiz Facchini, Carlos Monteiro, César Victora e Malaquias Batista Filho,

Oportunamente, agradeço as preocupações e opiniões dos senhores, bem como das instituições em que atuam, a respeito das ações do Ministério da Saúde nas políticas públicas e na promoção de hábitos saudáveis. As contribuições da academia e da sociedade civil são imprescindíveis para balizarmos nossas ações, o que reflete compromisso inquestionável com a saúde da nossa população.


Ciente de sua missão, o Ministério tem envidado esforços no sentido de promover e valorizar a prática de hábitos saudáveis, implementando diversas ações como o programa Academias da Saúde - a ser implantado pelo SUS -, a reestruturação do programa Saúde nas Escolas, o acordo para redução de sódio com a indústria alimentícia, além do empenho para pactuação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

Em outra vertente de sua atuação, o Ministério tem fomentado o debate com a sociedade sobre a importância de uma política permanente de promoção da saúde, o que inclui, obrigatoriamente, a divulgação e o incentivo a alimentação e hábitos saudáveis.

De 2007, quando foi firmado acordo com a indústria para redução de gordura trans, até dezembro de 2010, cerca de 690 mil toneladas desse tipo de gordura foram retiradas de alimentos processados, conforme a Associação Brasileira de Indústrias da Alimentação (Abia). Com esse desempenho, 94,6% das empresas que aderiram ao acordo se enquadram no índice recomendado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) - teto de 5% de presença de gordura trans do total de gorduras em alimentos processados e 2% do total de gorduras em óleos e margarinas.

No caso do sódio, o plano inicial de redução, assinado em 7 de abril com a Abia, a Abima (Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias), a Abitrigo (Associação Brasileira da Indústria do Trigo), a Abip (Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria) e a Abras (Associação Brasileira de Supermercados), contempla 16 categorias de alimentos, que devem se adequar as metas de redução até 2014. Vale ressaltar que essas medidas foram amplamente debatidas na Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição do Conselho Nacional de Saúde – CIAN.

Com o amadurecimento deste debate, o Ministério da Saúde e as associações do setor caminham para fechar, em breve, acordos pela redução dos níveis de gorduras totais e açúcares nos alimentos. Todas essas iniciativas são construções coletivas que não podem prescindir da contribuição daqueles que militam pela promoção da saúde.



Nesse sentido, em recente reunião com o presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Renato Maluf, convidamos o órgão a acompanhar a execução de todos os acordos protagonizados pelo Ministério da Saúde no âmbito da nutrição saudável, bem como a adesão voluntária de empresas da indústria e do comércio de alimentos às metas estabelecidas nos acordos com as associações.

No ano em que a Assembleia Mundial da ONU elegeu as doenças crônicas como sua principal pauta de discussão, o Ministério da Saúde está elaborando o Plano Nacional de Prevenção e Controle de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, que será construído com a sociedade e com o qual esperamos contar com a valorosa contribuição dos senhores. Para obtermos sucesso que ultrapassem as ações de responsabilidade exclusiva do SUS, será fundamental a adoção de políticas em vários segmentos econômicos, assim como a adesão do setor privado.

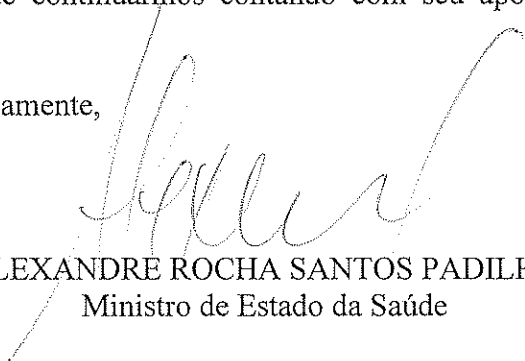
O Ministério da Saúde não mede esforços para multiplicar o alcance e a visibilidade das mensagens e orientações de interesse da saúde pública. Nossa política tem sido a de pautar os diversos setores da sociedade, envolvendo representantes de trabalhadores, de empresários e da academia, com a finalidade de estimular iniciativas de interesse da saúde pública, a exemplo de campanhas de combate à dengue, vacinação e de uso de preservativos para prevenção a DST/Aids.

Vale ressaltar que, no estímulo às iniciativas do setor privado, não há autorização ao uso de logomarca do Ministério da Saúde, muito menos aval ou referendo aos seus produtos e/ou processos produtivos. Porém, as informações sobre promoção à saúde são acessíveis em nosso portal (www.saude.gov.br) e em nossas publicações institucionais, para repercussão por qualquer segmento público ou privado da sociedade.

Para finalizar, quero agradecer a colaboração da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal de Pelotas, da Universidade Federal de Pernambuco e da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), instituições cujos quadros os senhores compõem brilhantemente, que são centros colaboradores de altíssimo nível para o desenvolvimento de nossas políticas públicas, assim como na participação à Pesquisa “Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel)” desta Pasta.

Certos de continuarmos contando com seu apoio para as ações deste Ministério.

Atenciosamente,



ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde